

LEONARDO BOFF

Teólogo e escritor

Uma democracia socio-ecolória ou o ecosocialismo

Com a crise geral das democracias e face aos ataques do fascismo e da extrema direita à la Donald Trump estamos em busca de uma democracia enriquecida que atenda às mudanças ecológicas e geopolíticas que estão em curso. Especialmente monetarização da política e a uberização da vida. Vale sempre o pressuposto básico de qualquer tipo de democracia: o que interessa a todo deve poder ser decidido por todos, seja diretamente, seja por representantes. Estamos em busca de um novo tipo de democracia.

Hoje está se impondo o projeto de uma democracia ecológico-social ou na formulação de Michael Löwy (Ecosocialismo: um projeto de civilização, 2005) e seu grupo de um ecosocialismo. Essa compreensão nos obriga superar um limite interno ao discurso clássico da democracia: o fato de ser ainda antropocêntrica e sociocêntrica, vale dizer, centrada apenas nos cidadãos e na sociedade. Eles são reducionistas, pois o ser humano não é um centro exclusivo, nem mesmo a sociedade, como se todos os demais seres somente ganhassem sentido enquanto ordenados a ele e à sociedade.

Ser humano e sociedade constituem um elo, entre outros, da corrente da vida. Sem as relações com a biosfera, com o meio-ambiente e com as condições físico-químicas não existem nem subsistem. Elementos tão importantes, devem ser incluídos em nossa compreensão de democracia contemporânea na era da conscientização ecológica e planetária segundo a qual natureza, ser humano e sociedade estão indissoluvelmente unidos de sorte que possuem um mesmo destino comum.

A perspectiva ecológico-social ou ecosocialista tem, ademais, o condão

de inserir a democracia na lógica geral das coisas. Sabemos hoje pelas ciências da Terra e da vida que a lei básica que continua atuando na constituição do universo e de todos os eco-sistemas é a cooperação, a sinergia, a simbiose e a relação de todos com todos em todos os momentos e circunstâncias. Mesmo a sobrevivência do mais apto pela seleção natural de Darwin, em parte válida no reino dos vivos, se inscreve dentro desta lei universal. Por ela se garante a diversidade e se inclui também o mais fraco que no jogo das inter-retro-relações tem chances e direito de estar sobre a Terra.

A singularidade do ser humano consiste no fato de comparecer como ser de socialidade, de cooperação e de convivialidade, como bem viram os chilenos Maturana e Varela. Tal singularidade aparece melhor quando o comparamos com os símios superiores dos quais nos diferenciamos em apenas 1,6% da carga genética. Estes também possuem vida societária. Mas se orientam pela lógica da dominação e da hierarquização. Ao surgir o ser humano, há alguns milhões de anos, ao invés da competitividade e da subjugação entra a funcionar a cooperação.

Esse 1,6% de ácidos nucleicos e de bases fosfatadas que nos diferenciam, funda o humano enquanto humano, como ser de cooperação.

Ora, a socio-democracia é o valor e o regime de convivência que melhor se adequa à ordem geral das coisas e da natureza humana cooperativa e societária. Aquilo que vem inscrito em sua natureza é transformado em projeto político-social consciente, fundamento da democracia: a cooperação e a solidariedade sem restrições. Realizar a democracia, da melhor forma que pudermos, significa avançar mais e mais para do reino do específica-

mente humano. Significa re-ligar-se também mais profundamente ao Todo e à Terra.

Cosmólogos vêm afirmando com insistência que há de se entender a vida como um momento da história evolutiva do universo, quando a matéria, colocada longe de seu equilíbrio (caos generativo), se complexifica e se auto-organiza. A vida humana é um capítulo da história da vida. Como humanos, consoante o mito antigo do cuidado, (que é da essência do humano) viemos do húmus (humus=homo); por isso somos fundamentalmente Terra que em seu evoluir chegou ao momento de sentir, de pensar, de amar e de venerar. Não vivemos apenas sobre a Terra. Somos a própria Terra que sente, pensa, ama e venera.

Em razão disso, notáveis astrofísicos e biólogos como Lovelock, Margulis, Sathouri, Swimme e Berry, juristas como Zaffaroni e ecologistas como o nosso Lutzenberg entre outros, sustentam que a Terra é um super-organismo vivo. Mostra tal equilíbrio em todos os seus elementos físico-químicos que somente um ser vivo pode revelar. Chamam-na de Gaia, nome mitológico dos gregos para sinalizar a Terra como vivente, ou Pacha Mama dos povos originários.

Se assim é, então a Terra é portadora de subjetividade, de direitos e de relativa autonomia, tanto ela, quanto os eco-sistemas que a compõem. Há a dignitas Terrae, a dignidade da Terra que reclama respeito e cuidado.

Impõe-se uma ampliação da personalidade jurídica à Terra, às águas e às florestas. Bem disse o pensador Michel Serres: “A Declaração dos Direitos do Homem teve o mérito de dizer ‘todos os homens têm direitos’ e o defeito de pensar ‘só os homens’”. Os indígenas, os escravos e as mulheres tiveram que lutar para serem incluídos em ‘todos os homens’”. E hoje esta luta inclui a inteira natureza com seus subsistemas, também sujeitos de direitos e, por isso, novos membros da sociedade ampliada.

Pelo fato de termos criado a ameaça de destruição da Terra-Gaia, com o antropoceno, necroceno e ultimamente pelo piroceno (queimadas em todo o planeta), não podemos mais excluí-la do novo pacto social planetário, base da sociedade mundial que queremos sócio-democrática ou ecosocialista.

Hobbes, Locke, Rousseau e Kant, em seu contrato social, davam por descontado o futuro da Terra, garantido pelas forças diretivas do universo. Hoje não é mais assim. Sem a Gaia, não há mais base para nenhum tipo de cidadania e de democracia. Se quisermos sobreviver juntos, a democracia tem de ser também biocracia, numa palavra, democracia ecológico-social ou ecosocial que assume a preservação da Terra, incluindo-a no pacto social.

Foi em razão desta consciência que o movimento do MST e da agroecologia estão desenvolvendo semelhante compreensão da sócio-democracia. Ai se trata de uma nova relação interativa do ser humano com a natureza na qual ambos se vêem incluídos.

Uma cidade não vive apenas de cidadãos, instituições e serviços sociais. Nela vivem também paisagens, árvores, pássaros, animais, montanhas, pedras, águas, rios, lagos, mares, atmosfera, ar, estrelas no firmamento, o sol e a lua.

Sem tais realidades moreríamos de solidão, como diz o sábio indígena Seattle em 1854. São os novos cidadãos com os quais devemos aprender a conviver em harmonia. Faz-se mister uma educação ecológica para que os humanos aprendam a acolher todos os seres como con-cidadãos, no respeito, na justa relação e na irmandade universal. Eis o surgir da democracia ecológico-social, e do ecosocialismo, enriquecimento necessário da democracia clássica em tempos de nova consciência ecológica, dos riscos da IA autônoma e de responsabilidade pelo futuro comum da Terra e da Humanidade.

VICTOR CORRÊA

Jornalista, mestre em Gestão e Políticas Públicas pela FGV

Precisa-se de psicólogos no SUS

No Brasil, o que deveria ser básico muitas vezes vira privilégio. É o caso de consultas com um psicólogo.

O país tem mais de 600 mil psicólogos registrados. Fiquei realmente espantado ao descobrir que apenas 11,3 mil atuam no SUS, segundo o Conselho Federal de Psicologia. Menos de 2% do total. Parece que o Estado não está tão preocupado em escutar.

Estou entre os privilegiados. Faço terapia com psicólogo há 19 anos, ininterruptamente. Quando mais jovem, o plano de saúde da empresa custeava. Em outros momentos, tive que arcar com os custos de um psicólogo particular. Minha possibilidade

de continuar em terapia sempre dependeu, de uma forma ou de outra, de ter como pagar por ela.

Terapia não é luxo. É tratamento de saúde. Sua eficácia em quadros como depressão e ansiedade é respaldada por evidências científicas. A Organização Mundial da Saúde afirma que intervenções psicológicas podem ser altamente eficazes para diferentes condições de saúde mental, especialmente depressão e ansiedade.

Por outro lado, a venda de antidepressivos e estabilizadores de humor aumentou 11% entre 2022 e 2023, segundo levantamento do Conselho Federal de Farmácia. Estamos medi-

cando mais e ouvindo menos?

Não coloco uma coisa contra a outra. Medicamentos são fundamentais para muita gente e podem fazer parte do mesmo tratamento que a psicoterapia. O problema é quando uma parte do tratamento está ao alcance e a outra vira privilégio. Quem não encontra atendimento psicológico pelo SUS e também não pode pagar acaba procurando alternativas: clínicas escola de universidades, instituições filantrópicas, projetos sociais ou profissionais que oferecem consultas gratuitas ou a preços reduzidos. Ainda bem que existem.

Mas o problema mais grave talvez nem apareça nessas estatísticas: o Brasil sequer sabe quantas pessoas estão esperando por atendimento psicológico no SUS. Não há hoje um levantamento nacional sobre a dimensão des-

as filas nas redes públicas das cidades brasileiras. Há quanto tempo esperam? Onde estão as maiores filas? Quantos profissionais seriam necessários?

Como planejar uma política nacional sem conhecer a dimensão da demanda? O SUS é descentralizado, mas uma política nacional precisa enxergar o país como um todo. Na saúde mental, ainda falta um retrato de quantas pessoas aguardam atendimento psicológico.

Um quadro moderado não precisaria se tornar grave para receber atenção. Cuidar cedo custa menos para o paciente, a família e o sistema.

Talvez o Estado realmente não esteja tão preocupado com tudo isso. Eu lamento, mas insisto: se terapia é tratamento, acesso a um psicólogo não pode continuar sendo privilégio de quem pode pagar.